

## PAICV PREPARA REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

Pág. 10



“KABOFUMO”

## As contradições de um processo

Pág. 2 a 4

### ACTUALIDADE

#### Alta Missão da NATO chega domingo

Pág. 5

### SOCIAL

#### Médico suspeito de praticar aborto clandestino

Pág. 9

### SUPLEMENTOS



**MAGRO**  
MATERIAS DE CONSTRUÇÃO

**G**  
GUIALMI

MOBILIÁRIO COM DISTINÇÃO



SEDE: Zona Industrial Tira Chápeu-Prata • Cx Postal: 246 — Telf: (238) 262 93 80 • Fax: (238) 262 93 81 • E-mail: miguel\_monteiro@cvtelecom.cv  
Macro - Sucursal São Vicente Avenida 12 de Setembro - Predio Simóvel ao lado Chez Lutchá • Telf: (238) 231 27 20 • Cx Postal: 926 - Mindelo

## Nota de abertura

A situação em que se encontram neste momento os cerca de cem imigrantes da costa africana, presos há duas semanas quando tentavam deixar Cabo Verde a bordo do navio Jon Kabafumo, configura-se de todo como um caso melindroso, por envolver aspectos de legalidade duvidosa e questões de direitos humanos. Confinados a um espaço de cerca de 140 m<sup>2</sup> estão 97 indivíduos, oriundos da Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Senegal, Mali, Gana, Nigéria, etc., numa verdadeira Babel africana, que, para a vista do cabo-verdiano desatento, quer tudo dizer a mesma coisa: mandjacos. A tensão entre eles é já latente, porque nem sempre se conseguem pôr de acordo, às vezes, nas coisas mais banais.

A Semana conseguiu chegar até ao referido grupo no quartel da Achada Mato, ouviu histórias de sonhos desfeitos e as suas queixas. Ouviu também as autoridades, inclusive o ministro da Administração Interna, Júlio Correia. E as contradições entre o que estas dizem e a realidade dos factos constatados pela nossa reportagem são flagrantes. Metidos todos no mesmo saco, parece não haver distinção entre os imigrantes que estavam em Cabo Verde em situação legal e os que se encontram ilegalmente, incorrendo todos na expulsão administrativa.

A isso se soma também o facto de os quatro tripulantes do JK, que deveriam responder juntamente com os proprietários do navio por crime de tráfico humano, estarem todos retidos no mesmo espaço que os restantes 93 clandestinos quando, por força da lei, deveriam ter sido apresentados já ao Tribunal para confirmação ou não da sua detenção.

Esta falta de triagem, associada às condições em que os retidos se encontram há duas semanas, leva algumas vozes a acusarem as autoridades policiais de não terem feito bem o seu trabalho, ao juntarem no mesmo espaço prevaricadores e vítimas. A mesma POP que, segundo essas mesmas fontes, é também responsável pela situação de ilegalidade em que estão alguns desses imigrantes. Agora chamados de ilegais, mas sabe-se que existem nos Serviços de Emigração e Fronteira centenas de pedidos de autorização de residência, solicitadas por cidadãos da costa africana, a aguardarem aprovação.

Tudo isso levanta alguns problemas, digamos, de consciência. Sendo Cabo Verde um país de emigrantes, em que muitos crioulos se fizeram ao mar largo através de "pinote na vapor", não estará a Cidade da Praia a fazer aquilo que muitas vezes a levou a insurgir-se contra o tratamento dado aos seus emigrantes lá fora? Agora que Cabo Verde se tornou também num país de imigrantes não terá chegado a hora de se pôr de pé uma política coerente de imigração? Poderá o país continuar com as suas portas escancaradas tanto para os estrangeiros da costa africana, como também para os de outras paragens sem qualquer critério?...

Eis várias perguntas que todos nós, simples cidadãos e autoridades, devemos responder antes de aplicar a mão pesada da lei, cientes de que o cabo-verdiano mais do que ninguém deve compreender e tratar bem a sempre delicada questão da imigração... na Morabeza.



## O DRAMA DOS CLANDESTINOS DA COSTA AFRICANA

# Vidas em cativeiro

*Tristeza, irritação e muita impaciência se misturam a um cheiro pestilento a urina numa caserna do quartel Justino Lopes, em Achada Mato. É neste espaço de 140 m<sup>2</sup> que estão os indivíduos detidos há 16 dias em alto mar quando, supostamente, tentavam ludibriar os serviços de fronteira nacional e rumar à Europa. Numa autêntica cachupada da lei, ali estão imigrantes legais ao lado dos ilegais, e todos juntos com a tripulação do navio capturado. Isolados e sem que a mais ínfima luz quanto ao seu futuro filtre pela porta que se mantém a maior parte do tempo trancada, estes "nossos irmãos" parecem já não aguentar a falta de liberdade. Para tudo, até urinar e defecar. Neste inferno em que se transformou a sua vida, as opções e os cenários são dantescos. Brigam entre si, projectam diálogo de surdos, ainda assim juntam forças para promover uma greve de fome.*

Mandao Kantei, 24 anos, sorri para a objectiva da câmara fotográfica do repórter, mas vai acenando com a mão que não quer ser fotografado. O ar jovial deste conacry-guineense é falso e, por isso, passageiro. Provavelmente porque está a passar os piores dias da sua vida: não comunica com a família na Guiné Conacry, pede favor para urinar e só vê a luz do sol duas vezes por dia, logo de manhã quando vai tomar o pequeno-almoço e mais tarde à hora do almoço. À noite, depois do jantar, rasga um curto olhar para o céu, despede-se do pingo de liberdade que teve e reza para ter um sono a roçar a tranquilidade. Logo que acorda, no dia seguinte, o guineense enfrenta a realidade e revive o seu maior pesadelo.

Tal como Mandao Kantei, mais 96 cidadãos da costa africana - originários, da Guiné-Conacry, Guiné-Bissau, Gana, Senegal, Togo e Nigéria - encaram por estes dias o mais duro golpe a qualquer ser humano, a privação da liberdade física. Teoricamente não estão detidos, nem tampouco presos. Mas, na prática, estes nossos irmãos do continente, apanhados há duas semanas a bordo do navio Jon Kabafumo quando tentavam sair do país por portas travessas, vivem a maior parte do tempo encarcerados na "Pirâmide" do quartel Justino Lopes, uma das casernas que o comando da terceira região militar teve de esvaziar das peças de artilharia pesada para ali meter esse monte de gente: 93 imigrantes legais e ilegais e os quatro ganeses que faziam parte da tripulação do navio.

Esse espaço, emprestado ao Departamento de Emigração e Fronteira da POP para "guardar" os clandestinos, carrega agora uma enorme angústia emanada de quase uma centena de homens que, em busca de uma vida melhor pelo mundo fora, perdeu, nessa mesma aventura, o direito a um bem básico, a liberdade, arriscando-se até a arruinar para sempre a sua dignidade humana. Nesta "Pirâmide" os cidadãos da costa africana circulam em

140 metros quadrados de chão, não recebem visitas e os poucos sinais que recebem do exterior são os homens fardados e armados que cercam o espaço, porque até os jornalistas precisam de autorização para lá entrar. Não podem usar o telefone nem telemóvel para contactar a família. Dormem em colchões oferecidos pela Protecção Civil, lavam-se com os sabões e pasta dentífrica da Cruz Vermelha, mas as condições disponibilizadas parecem insuficientes. A cantina do quartel está ali ao lado, a três metros, mas falta-lhes dinheiro para comprar uma sanduiche. Ou um copo de sumo para refrescar as ideias. E a temperatura aquece.

Confinados a um mundo reduzidíssimo, onde até para ir comer ou se deslocar à latrina improvisada a 15 metros de distância são escoltados por soldados de arma em punho, estes 95 imigrantes (dois deles foram expulsos ontem, ver pág. 4) já fraquejam. É nestas circunstâncias que os mais religiosos rezam, pedindo ajuda a Alá para que lhes ilumine o caminho da salvação. Se com sucesso ou não, o certo é que às vezes, como os próprios contam, discutem entre si numa espécie de diálogo de surdos com cada um a falar a sua língua materna (o entendimento só acontece, geralmente, quando falam crioulo). A tensão que deles se apodera, já levou dois deles a entrar em cenas de pugilato, acabando os mesmos por serem conduzidos à Esquadra da POP em Achada Santo António. A esta altura já estarão de volta ao convívio dos seus companheiros no quartel de Achada Mato, onde um misto de cidadãos legais, ilegais e tripulação do navio espera impaciente por uma decisão das autoridades nacionais quanto ao seu futuro.

Apesar do desfalecimento, da descrença e da apatia que vai tomando conta de muitos deles, ainda há um grupo que encontra forças para protestar contra a POP a falta de informação. Assim, desde a tarde de segunda-feira, 16, um grupo de quase 60 indivíduos decidiu não comer. Ensaiam uma greve de fome, porque, segundo o líder nomeado do grupo, Mamadou A.S.B,

mais do que comida, querem saber quando e como vão ser repatriados. Pois, se a sentença já está dada que seja executada logo, porque por pior que seja a situação que vão enfrentar nos seus países de origem, neste momento qualquer coisa é melhor que a vida que levam aqui. Sentem necessidade de abraçar a família e livrar-se deste cenário caricato em que não são nem detidos nem presos, mas permanecem fechados sob a guarda das Forças Armadas. “Um atentado aos direitos humanos”, dizem.

Já lá vão quase duas horas desde que Mandao sorriu pela última vez - diante da câmara fotográfica do repórter. E ele ainda lá está, sentado com os braços apoiados nos joelhos e de cabeça baixa. Medita. Reza. O que ele está a pensar não andará longe disto: será que fiz bem? Até quando vou continuar aqui? A esta hora a minha família já saberá onde estou, como estou, e às ordens de quem estou?

### UM ERRO, NÃO UM CRIME

Há 16 dias que os 97 cidadãos da costa oeste africana - com idades entre os 17 e os 50 anos - (des)esperam por um sinal do Departamento de Emigração e Fronteiras da Polícia de Ordem Pública sobre o seu processo de repatriamento. Sabem que cometeram um erro ao tentar embarcar na perigosa aventura de cruzar os mares do Atlântico, ao que tudo indica, com destino à Europa. E alguns estão conscientes de que vão ser de facto expulsos por não possuírem o cartão de residência em Cabo Verde. Ah, mas nem todos estão ilegais. Além da tripulação, que apresentou à Capitania dos Portos de Sotavento a sua documentação marítima legal, a reportagem de **A Semana** apurou que alguns dos imigrantes têm cartão de residência, tendo um deles sido identificado, esta terça-feira, por um deputado de São Vicente.

Vítimas da ganância e da obtenção da riqueza à custa alheia - os cabecilhas desta aventura e que ganharam com o negócio estarão fora do país - estes indivíduos estão agora entregues à sua sorte, às suas frustrações e sofrem na pele o seu duplo papel de vítima. O pior é que nem sequer podem contar com um advogado, quando se sabe que os estrangeiros residentes acabam por ter os mesmos direitos que o cabo-verdiano, portanto, deviam contar com um defensor ainda que oficioso. Isolados e abandonados, clamam por uma nova vida capaz de os fazer esquecer rapidamente os dias em que deixaram de perceber o real sentido da existência.

Diante de tanta afronta, o cabo-verdiano, esse que nunca chega a perder o sentimento de solidariedade, que aprendeu há muito o significado de “terra-longe”, começa a questionar onde é que estes ganeses, senegaleses, togolezes, conackry-guineenses e nigerianos prevaricaram. Sim, que crime cometeram? Nenhum, coincidem alguns juristas quando abordados por **A Semana** sobre o assunto. Geraldo Almeida, por exemplo, explica que “a Constituição da República cabo-verdiana não tipifica a tentativa de sair do país sem passar pelos postos de fronteira como sendo um crime”. Na opinião deste jurista, emigrante em Portugal, “a resposta ao que está a acontecer com os cidadãos da nossa costa africana pode ser encontrada no Código Penal ou nas contra-ordenações nacionais, que os consideram actos ilícitos punidos com coima ou multa. A meu ver, trata-se mais de contra-ordenação nacional do que crime, daí não se justificar a detenção desses cidadãos”.

Em todo o caso, prossegue Geraldo Almeida, pode-se deter qualquer pessoa que tente ludibriar as autoridades fronteiriças e sair do país por um outro ponto não autorizado. “Ninguém pode viajar a partir de qualquer ponto do país, porque há postos de fronteira para o efeito. Quem infringir corre o risco de ser detido pelas autoridades, mas, claro, terá de ser apresentado ao tribunal num prazo máximo de 48 horas”.

Daí, defende Almeida, haver lugar “para um pedido de habeas corpus nas circunstâncias em que estão os cidadãos da costa africana. E se algum deles estiver legalizado o Estado poderá inclusive indemnizá-lo por eventuais prejuízos causados”, adverte o jurista que também se opõe à escolha do quartel Justino Lopes como local de acolhimento dos clandestinos. “Em muitos países, sobretudo europeus, existe um lugar perto dos postos de fronteira - uma espécie de internato -, que acolhe os cidadãos que não tiveram autorização para circular dentro do país. E aqui não temos isso”, lembra Geraldo Almeida, para quem Cabo Verde começa agora a conhecer os problemas da imigração, daí a dificuldade em lidar com esse fenómeno.

Aliás, para este jurisculto, tudo o que está a

acontecer neste momento com os imigrantes da costa africana tem a ver com uma má interpretação do Acordo da CEDEAO quanto à circulação de pessoas e bens entre os Estados que integram esta Comunidade. “O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde terá interpretado de forma extensiva o acordo, considerando que havia liberdade de circulação entre os países membros da CEDEAO mesmo sem visto. Ora, eu entendo que este acordo não dá essa possibilidade, quando muito assegura maior facilidade de circulação. E isto gerou grandes dificuldades a Cabo Verde, pois nos outros países da comunidade tal não acontece. Eu sou emigrante, mas digo com franqueza, não sou apologista de um sistema de emigração completamente desregado. Até porque nenhum país escancara as suas portas”, observa.

Eurico Monteiro também não vislumbra que crime terão cometido os 97 cidadãos da costa oeste africana, apanhados há quinze dias pela POP e PJ num barco supostamente com destino à Europa. “A saída clandestina do país não dá detenção ou prisão. É uma contra-ordenação, punível com multa”. De igual modo, o antigo ministro da Justiça explica que não é crime a estada ilegal de um cidadão em Cabo Verde. “É uma infracção, o que não significa que deve ser preso. Repare, eu posso cometer uma infracção ao conduzir, sou multado mas não vou preso”, exemplifica Eurico Monteiro, antes de acrescentar, entretanto, que o repatriamento é uma pena prevista na lei de Emigração cabo-verdiana. Ou seja, segundo o jurista, quem não estiver legalizado será reencaminhado ao seu país de origem. Mas só estes.

Todavia, Monteiro acredita que tudo o que se está a passar com os 97 cidadãos “guardados” no quartel Justino Lopes tem muito a ver com alguma dose de anti-africanismo existente na sociedade cabo-verdiana. “Creio eu que há uma certa reacção anti-africana neste caso. Daí a medida adoptada pelas autoridades nacionais se tratar de uma posição politicamente popular”.

### TRIBUNAL AUSENTE

Ainda que alguns vejam este comentário como sendo avulso, a verdade é que muitas pessoas afinam pelo mesmo diapasão. Um magistrado da nossa praça - pediu anonimato - confessou a **A Semana** que se sente chocado com o drama dos clandestinos africanos em Achada Mato. Não só por estarem em cativeiro (“o que é ilegal nas circunstâncias em que se encontram”), como também pelo facto de “o sofrimento deles motivar o regozijo de muito boa gente cá da terra, o que nada tem a ver com a tão afamada morabeza crioula e os progressos alcançados pelo nosso país em termos do desenvolvimento e respeito pelos direitos fundamentais”.

“Na verdade, todo este aparato que culminou com a detenção destes africanos do continente, afigura-se-me mais uma forma do governo dar cavaco à Europa, sobretudo agora que o país quer flertar a União Europeia”, analisa o mesmo interlocutor, para quem “fechar um grupo de pessoas durante todo esse tempo, sem estarem nem detidos, nem presos, fere, sem dúvida, o mais consagrado direito do homem: a liberdade”.

A Capitania dos Portos de Sotavento também não encontrou nenhum fundamento legal para considerar ter havido crime neste processo. “Com base na Lei Marítima vigente essas pessoas não cometeram nenhum crime”, assegura João de Deus Carvalho Silva, antes de acrescentar que a Capitania de Sotavento instruiu apenas um processo de contra-ordenação marítima. “Esta infracção é apenas punível com coima, processo que está a decorrer nos nossos serviços. Ainda não determinámos o montante da coima porque primeiro teremos de ouvir o contraditório, neste caso os donos do navio, que estão desaparecidos”, esclarece Carvalho Silva, que confirmou a **A Semana** que os tripulantes do Jon Kabafumo estavam com toda a documentação marítima em dia. “Foram detidos por supostamente estarem envolvidos em tráfico humano, mas esse não é um problema nosso. A Capitania responde apenas pelo navio e pela tripulação. Fizemos a nossa parte, accionámos o arresto do barco e entregámos o processo relativo às pessoas em causa à Emigração e Fronteiras”.

De facto, os quatro tripulantes detidos na operação estão a ser investigados pela PJ por pertencerem a uma alegada rede de tráfico de pessoas. A Judiciária anda, também, atrás dos dois ganeses, tidos como os cabecilhas da rede, que compraram o Jon Kabafumo a um armador cabo-verdiano. **Hermínio Silves**

## JÚLIO CORREIA recusa tratamento desumano



O ministro da Administração Interna recusa que o tratamento dado pelo Estado de Cabo Verde aos imigrantes do caso Jon Kabafumo seja ilegal e muito menos desumano. Sobre o facto de os referidos indivíduos estarem agrupados, reunidos ou concentrados no quartel das Forças Armadas na Achada Mato, Júlio Correia explica que essa foi a única solução encontrada para o caso, já que as instalações da Polícia de Ordem Pública não reuniam condições para albergar tanta gente.

Aquele governante assegura que a ordem de expulsão dos indivíduos em questão apenas se refere aos elementos que se encontram ilegais no país. “Quando fui informado do caso, entendi e ordenei que todos os ilegais seriam expulsos. Apenas os ilegais”, sublinha Júlio Correia.

Para o efeito, segundo o governante, o primeiro procedimento da polícia foi identificar cada um dos 97 detidos na operação, o respectivo país de origem, a sua situação em Cabo Verde, etc., para se proceder em conformidade com a lei. Decidiu-se também que os donos e os tripulantes do Jon Kabafumo teriam um tratamento diferente dos demais detidos, já que outro é o tipo de crime que alegadamente cometeram.

Por outras palavras, ao contrário das pessoas que apenas pretendiam emigrar, os proprietários e os tripulantes do Jon Kabafumo terão de responder num processo-crime. Júlio Correia diz até que esse grupo, apresentado ao tribunal, dificilmente escaparia da Cadeia de São Martinho, já que o deles se configura como “tráfico humano”, um crime de lesa-humanidade hoje em dia.

Enfim, sobre o facto de os detidos estarem agrupados num quartel militar, aquele governante afirma que isso apenas tem a ver com as deficiências próprias de Cabo Verde. “Quando foram detidos, verificou-se que a polícia não tinha condições para manter a sua guarda. Por isso, em concertação com as Forças Armadas, decidimos que eles poderiam ficar no quartel. Estão bem alimentados, com o mesmo rancho da tropa, como se soldados se tratassem. O Estado de Cabo Verde gasta 40 contos por dia só com a alimentação desses indivíduos. Só por aí dá para ter uma ideia do problema que temos em mãos neste momento”, acrescenta.

Para Júlio Correia, as pessoas, principalmente os juristas, terão de entender que Cabo Verde não possui condições para manter cerca de cem imigrantes em melhores condições do que aquelas em que se encontram neste momento. “Deve estar a haver um equívoco entre a expulsão judicial e a expulsão administrativa”, contrapõe o governante, quando confrontado com as críticas que começam a surgir em relação a este dossier. “O que estamos a fazer é aplicar o que a lei diz nos casos de expulsão administrativa em relação aos indivíduos que estão ilegalmente no país”.

Júlio Correia reconhece, no entanto, que as autoridades nacionais pensaram inicialmente que este imbróglio seria resolvido em muito menos tempo do que aquele que agora se sabe - dois a três meses. “Por questão de segurança não se pode transportar toda essa gente de uma assentada”, diz o entrevistado de **A Semana**, que se mostra particularmente aborrecido com a TACV, por esta ter evocado a Convenção de Chicago para sustentar a decisão de não transportar não mais do que quatro imigrantes por voo, que têm de viajar acompanhados por dois agentes da Polícia.

“E já que a TACV evocou a Convenção de Chicago que se fique a saber que doravante todos os mecanismos dessa convenção vão ser aplicados”, avisa o ministro da Administração Interna.

Com isso Júlio Correia quer dizer que o todo passageiro que for interceptado nas fronteiras de Cabo Verde terá de ser transportado ao ponto de origem pela própria companhia em que viajou, correndo as despesas disso por conta da referida transportadora. A mesma regra se aplica aos navios que forem apanhados na mesma situação. Além dessa obrigatoriedade, os infractores terão sobre si outras penalizações (coimas) previstas na lei e na convenção de Chicago.

Enquanto responsável da Administração Interna, Júlio Correia se interroga, entretanto, se Cabo Verde está em condições de continuar a receber a vaga humana que neste momento se dirige para o seu território. “Sem drama nem xenofobismo, actualmente Cabo Verde recebe 15 a 17 imigrantes oriundos da CEDEAO por dia, o que dá uma média de 400 a 500 por mês, 5000 a 6000 por ano. Isto sem falar nas penetrações marítimas. Por este andar, se não tomarmos medidas de contenção, dentro de alguns anos corremos o risco de ser minoria dentro do nosso próprio país. Enquanto ministro da Administração Interna tenho a responsabilidade de chamar a atenção para este fenómeno, mesmo que isso soe mal nos ouvidos de algumas pessoas”.

JVL

Sexta-feira, 20 de Maio de 2005

Actualidade

## O que diz a lei

O artigo 68o da Lei de Imigração cabo-verdiana, disposta no decreto-legislativo n.º 6/97 de 5 de Maio, estipula que a expulsão administrativa é aplicável ao cidadão estrangeiro que não esteja legalmente autorizado a residir no país. O mesmo decreto define ainda como fundamentos para a expulsão administrativa a entrada irregular no país, a permanência no território nacional, além da expiração do prazo de autorização de residência. A expulsão é prevista também para casos de detenção ou prisão de imigrantes por prática de crimes puníveis com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a dois anos.

O estrangeiro que se encontrar em qualquer destas situações será detido por qualquer autoridade e depois entregue aos serviços de fronteira. A decisão de expulsão é da competência do Comandante-geral da Polícia de Ordem Pública, que tem um prazo máximo de 48 horas para assim deliberar. A Lei prevê ainda o recurso contencioso - a ser entregue nos tribunais comuns - que, no entanto, não tem efeito suspensivo.

Entretanto, o artigo 64 proíbe "a expulsão colectiva de estrangeiros, salvo quando fundamentada em razões de segurança do Estado, na participação em organizações criminosas ou por prática de crimes previstos na lei sobre estupefacientes ou substâncias psicotrópicas". "Para efeitos do presente diploma entende-se por expulsão colectiva a que visa globalmente grupos nacionais, raciais, étnicos ou religiosos", lê-se no decreto-legislativo, assinado por Carlos Veiga, Simão Monteiro e Amílcar Spencer Lopes.

Aos estrangeiros que se encontrem em situação de legalidade é facultado, como o decreto prevê, no seu artigo 13o, o acesso aos órgãos jurisdicionais contra os actos que violem os seus direitos reconhecidos pela Constituição. O mesmo artigo determina que as pessoas referidas não podem ser presas sem culpa formada e expulsas, senão nos termos previstos na lei.



Dois dos cidadãos da costa africana, apanhados sem documentação a bordo do Jon Kabafumo, seguiram viagem ontem, quinta-feira, rumo ao seu país de origem. É o início do processo de repatriamento dos 97 passageiros suspeitos de embarcar numa viagem clandestina à Europa, o qual vai custar ao Estado de Cabo Verde mais de 6 mil contos. Entretanto, segundo o comandante-geral da Polícia de Ordem Pública, essa deportação só terminará em Julho. Até lá, vão continuar "fechados" na caserna Pirâmide do quartel Justino Lopes.

## REPATRIAMENTO só termina em Julho

Já começou o repatriamento dos 97 cidadãos da costa ocidental africana, que os Serviços de Emigração e Fronteira afirmam não possuir qualquer documento de registo em Cabo Verde. Segundo o comandante-geral da POP, ontem, quinta-feira, deveriam ter deixado o país dois desses indivíduos - a nacionalidade não foi revelada - num voo da TACV com destino a Dakar. Os mesmos deverão viajar com salvo-condutos fornecidos pela POP, uma vez que não têm documentação pessoal.

Neste momento, de acordo com Augusto Pinheiro, ainda não há uma data para nova deportação. "Certo é que o processo será faseado, ou seja, eles vão ser repatriados pouco a pouco, em grupos de dois, porque não temos outra possibilidade". O comandante-ge-

ral da POP informa ainda que a saída dos "clandestinos da costa africana" será feita de acordo com os voos da companhia aérea nacional, pelo que o repatriamento de todos os indivíduos só deve terminar em Julho. "Estamos a fazer todos os possíveis para tirá-los daqui o mais rapidamente possível, mas dado o custo que acarreta vamos ter de deportá-los pouco a pouco. Por isso, penso que o processo todo poderá terminar em Julho. Pode ser também que consigamos concluir o repatriamento antes se pudermos mandá-los por via marítima", perspectiva Pinheiro, antes de indicar que a deportação de todos os 97 cidadãos detidos irá custar ao Estado de Cabo Verde mais de 6 mil contos, a serem disponibilizados pelo Tesouro Público, Ministério das Finanças.

E, enquanto não terminar o processo de repatriamento, os cidadãos da costa africana vão continuar no quartel Justino Lopes - a alimentação é assegurada pelas Forças Armadas. "É ali no quartel de Achada Mato que terão de ficar até resolvermos o problema, porque a POP não tem onde os colocar, não estão detidos, nem presos", reforça o chefe máximo da POP. Augusto Pinheiro recusa as supostas ilegalidades cometidas pela instituição que dirige e justifica a deportação apoiando-se na Lei de Imigração. "Eles são clandestinos, todos eles. Não estavam registados em Cabo Verde, portanto, para nós, não existiam. E a lei que regula a imigração é clara neste aspecto: em se tratando de cidadãos clandestinos a pena a aplicar é a expulsão".

## Quero voltar, já

"Omi na buska bida ta fronta!" O desabafo vem de um oficial das Forças Armadas quando assiste, impotente, ao desânimo dos 97 cidadãos da costa ocidental africana enclausurados na caserna "Pirâmide" do quartel Justino Lopes, em Achada Mato. Mas, melhor que ele só mesmo os indivíduos em causa para revelar a dor que lhes apodrece a alma e rouba-lhes o prazer de viver.

Embora com algum receio de contar o seu drama e aliviar as tensões, Mandao Kantei conseguiu mesmo assim despir o manto de angústia que o envolve e soltar umas palavras: "Quero voltar agora, não quero sofrer mais aqui. Tenho a minha mulher e a minha mãe em Dakar, que não sabem onde e como estou. Quero vê-las". De olhar incisivo mas triste, este conacry-guineense de 24 anos diz-se arrependido da aventura marítima a que se propôs, tanto que daria tudo para voltar ao tempo em que levava a sua vidinha tranqüila, vendendo bugangas nas ruas da capital. Três meses que bastaram para amar este país e gostar de viver cá.

Kantei recusa-se, no entanto, a confessar como todo o processo se desenrolou até serem apanhados pela POP e PJ. Mamadou Diallo, do Senegal, intromete-se na conversa. Quer denunciar o plano, mas é cutucado por um companheiro. Não se cala. "Estou na Praia há quase um ano a vender nas ruas. E desde essa altura tenho tentado obter a autorização de residência, porém, até hoje nada consegui porque aqui as coisas funcionam de forma lenta. As coisas não estavam a correr bem por cá, por isso, quando soube que um rapaz do Gana tinha comprado um barco que me tirava daqui por pouco dinheiro, aceitei. Paguei 110 euros. Houve quem pagou 1500 euros e há outros que não pagaram nada". O destino era Europa? Diallo ri-se e a pergunta fica pendurada. "Eles não querem que eu fale mais nada", diz, ao mesmo tempo que se recua com um ar cúmplice.

O capitão do navio refugia-se também no silêncio e o plano de fuga não é revelado. Simplesmente porque, afirma Mamadou AS.B., o líder nomeado do grupo, "isto agora já

não é o mais importante. Estamos aqui metidos há 13 dias (a reportagem foi feita na terça-feira, 17) e até agora não nos disseram nada. O problema, neste momento, é saber o que vão fazer connosco, se vamos ficar cá ou se vamos voltar aos nossos países. Não podemos ficar aqui qual presos, sem termos matado ou roubado alguém. Nem sequer encontraram drogas ou armas, portanto, queremos ver clarificada a nossa situação".

O falar enérgico deste conacry-guineense, de 38 anos e que exhibe um dente de ouro entre a fileira de dentes brancos alvos, obriga todo o grupo a calar-se. Até porque ele é o único que fala francês, inglês e crioulo e se mostra mais lúcido. "Sirvo aqui de tradutor e mediador das conversas, por isso nomearam-me para liderar o grupo. Mas não posso fazer mais do que auxiliar nos diálogos. Porque o nosso desejo é ter um advogado, mas não temos dinheiro para pagar", lamenta Mamadou AS.B. que, ainda assim, envia um recado ao governo: "Cabo Verde é visto como exemplo em África, mas deve ver bem o que faz com as pessoas do continente africano, porque há também muitos cabo-verdianos por esse mundo fora, muitos sem documentação".

Johnny Domson, do Gana, pega na deixa. "Em minha casa, no Gana, moram seis cabo-verdianos que lá vivem do comércio informal e sem documentos. Posso, por causa disso, pô-los na rua, mas não o faço porque eles não têm culpa de nada", conta o ganês, que, curiosamente, jura não ter estado no barco Jon Kabafumo aquando da operação desencadeada pela POP e PJ e que possui sim cartão de residência em Cabo Verde. "Eu estava com uns amigos em Achada Grande Trás, quando de repente chegam uns polícias e me dão voz de prisão. Não sabia o que estava a acontecer



até que ouvi um deles dizer bem alto que era para pegar todos os 'mandjacos'. Eu vivo em Cabo Verde há onze anos e juro que nem sequer sabia desta viagem. Prova disso é que estou aqui sem nada, apenas com as chaves do meu quarto e das duas barracas que tenho, uma em Santo Antão e outra em São Vicente".

Para Lamine Danphe, da Nigéria, o que mais o entristece é a ausência de contacto com a família, mulher e filhos. "Até agora não sofremos nenhuma agressão física por parte dos soldados. Mas estamos a sofrer porque precisamos comunicar com os nossos parentes, mas não conseguimos. A minha mulher e os meus dois filhos, de 8 e 9 anos, devem estar preocupados por não dar notícias há duas semanas. Nem imaginam que eu estou preso. Isso não é bom, quero voltar para a minha terra", clama, enquanto aperta na mão direita o terço, o seu talismã com o qual reza para ver se acorda do pesadelo que já dura 16 dias. HS

CAMPANHA NA ORDEM DOS MÉDICOS EM POLVOROSA

# Vanda Azevedo contra Luís Leite

**A oito dias do escrutínio, a campanha eleitoral na Ordem dos Médicos de Cabo Verde está ao rubro. Em disputa estão dois candidatos: a cardiologista Vanda Azevedo e o antigo ministro da Saúde, e até agora bastonário, Luís Leite. O bastonário cessante diz-se convicto da vitória, caso o director-geral de Saúde desista de apoiar a lista adversária. Azevedo contra-ataca, dizendo contar apenas com os seus méritos e os dos membros da sua lista, pelo que goza do apoio da maioria dos médicos de Santiago, e não precisa que o director-geral faça campanha por ela. Apesar da politização do processo, ambas as candidatas garantem ser apertadas.**



A classe médica está em polvorosa. Tudo por causa da campanha para a eleição dos novos órgãos dirigentes da sua Ordem, a acontecer na Assembleia-Geral da classe, marcada para os dias 28 e 29 deste mês, na Praia. Disputam a presidência da organização a cardiologista Vanda Azevedo e o presidente-cessante da OMC, Luís Leite. Ambas as candidaturas afirmam ser apartidárias, mas as acusações mútuas e as críticas ao governo por parte de uma das candidaturas começam a assumir contornos político-partidários.

Luís Leite aposta "na unidade da classe, na diversidade de ideias", privilegiando na sua lista sobretudo pessoas "com experiência e provas dadas". Envolvidos no processo destacam que Leite parece estar em vantagem em S. Vicente, onde há cerca de 70 médicos em condições de votar. A mesma fonte indica como ponto a favor dessa candidatura o facto de Luís Leite ter sido ministro da Saúde e dirigido a OMC nos últimos anos. Mas o seu difícil relacionamento com as pessoas e a situação de apatia em que deixou cair a Ordem são referidos, entre colegas, como aspectos que jogam contra o até agora bastonário da OMC.

A lista adversária perspectiva, por seu turno, dinamizar e renovar a OMC, mobilizando para o seu seio os recém-formados e médicos de competência reconhecida. A acreditar na nossa fonte, Vanda Azevedo parece reunir a preferência da maioria dos médicos de Santiago, cerca de 120 com capacidade eleitoral activa. Ela tem o apoio dos jovens qua-

dro e não só, e é vista como uma pessoa tecnicamente capaz e de fácil relacionamento.

Segundo Maria do Céu Teixeira, presidente da Comissão Eleitoral Nacional, são 299 os médicos inscritos na Ordem, mas só 218 estão em condições de votar. Com excepção de Santiago e São Vicente que detêm o grosso dos profissionais, as restantes ilhas contabilizam 28 votos que estarão divididos pelas duas candidaturas.

## EQUIPAS E ACUSAÇÕES

O bastonário cessante está, no entanto, seguro da sua vitória. "Se tudo correr como está planeado, estou convicto na vitória, caso o Ministério de Saúde, através do seu director-geral, não continuar a interferir no processo eleitoral na Ordem dos Médicos". Para esta sua denúncia, Luís Leite, afirma ter provas de que o DGS, Carlos Brito, tem telefonado para os diferentes delegados de Saúde pedindo-lhes que votem na lista de Vanda Azevedo. Contactado por este jornal, Brito refuta tais acusações e recusa comentar as afirmações referidas.

Leite acrescenta a essa, outra denúncia: terá chegado ao seu conhecimento que a lista opositora pôs a circular um papel em branco para recolher subscrições, nomeadamente junto dos jovens médicos, dizendo que a sua era a única candidata à presidência da OMC. "Estamos no terreno, em contacto com os médicos, e a combater essas inverdades e falta

de seriedade da candidatura adversária".

O candidato considera ainda a equipa de Vanda Azevedo demasiado fraca para dirigir uma Ordem como a dos médicos. "A lista adversária é extremamente fraca, por possuir pessoas sem curriculum, em termos de experiência no desempenho de cargos nas várias estruturas de Saúde", salienta Leite, para quem a própria candidata a bastonária nunca passou de delegada de Saúde substituta no Mindelo e no Fogo, e por pouco tempo.

Aquele médico conclui que a lista por ele liderada não se compara com a encabeçada por Vanda Azevedo. "A nossa lista aos diferentes órgãos da Ordem é constituída por pessoas com discernimento, capacidade, provas dadas e conhecedoras do sector e dos problemas de saúde em Cabo Verde".

A candidatura contrária contra-ataca, afirmando que Luís Leite é um médico de clínica geral e cujo curriculum tem muito mais de político que de médico. E, no contraponto, garante que a sua lista tem a adesão de pessoas que trabalham e sabem trabalhar, que querem dirigir e dignificar a Ordem. "Já é um facto que, a nível nacional, estou com a maioria dos médicos. Neste momento do campeonato, todo o mundo sabe quem é quem", afirma Vanda Azevedo.

Esta concorrente a bastonária indica que está tendo um bom apoio em S. Vicente, mesmo por parte dos colegas que antes apostavam numa lista única encabeçada por Luís Leite. "Vamos apostar na renovação da Or-

dem, porque mais de 50% dos médicos estão na faixa etária dos 39 anos de idade".

Azevedo, que considera o "pretensso" apoio da Direcção-Geral de Saúde à sua lista uma alucinação do seu adversário, comenta ainda: "Não quero alimentar esta polémica suscitada pelo meu adversário, porque não existe ninguém da DGS a fazer campanha a meu favor".

Vanda Azevedo afirma-se serena e de consciência tranquila, por achar que a sua participação na disputa da presidência da Ordem dos Médicos não é uma questão de vida ou morte, mas não está disposta a renunciar à luta e promete ir até ao fim. "Se entrei nessa luta é para ganhá-la", avisa aquela cardiologista, que promete trabalhar para fazer da OMC uma instituição mais séria, dinâmica e onde a união da classe não seja palavra vã. Ontem, 19, Vanda tinha previsto um almoço com todos os seus apoiantes, na Praia.

De salientar que a candidatura de Vanda Azevedo concorre com José Manuel d'Aguiar, delegado de Saúde em S. Vicente, para a presidência da Assembleia-Geral. O Conselho Fiscal e o de Disciplina serão liderados por Manuel Rodrigues Boal e Graciano António Cardoso, respectivamente. A de Luís Leite apresenta Ernesto Rocha, ginecologista, como presidente da Assembleia-Geral e para liderar o Conselho Fiscal e o de Disciplina avançou, respectivamente, com Dulce Valadares Dupret e Carlos Augusto Vieira Ramos.

Alírio Dias de Pina

Sexta-feira, 20 de Maio de 2005

Actualidade

## Cabo Verde e Nato dão os primeiros passos

Chega no próximo domingo a Cabo Verde uma alta missão da NATO que, na capital cabo-verdiana, vem tratar com as autoridades nacionais as condições em que irá decorrer o treino Livex 06, a ter lugar em Junho do próximo ano, neste arquipélago. Este parece ser, por ora, o primeiro passo de uma relação "sem timidez" procurada pela Cidade da Praia com a Aliança Atlântica.

O ministro da Defesa e Assuntos Parlamentares concede, hoje, uma conferência de imprensa para explicar à opinião pública cabo-verdiana os passos que vêm sendo dados pelo governo com vista a um relacionamento mais estreito entre Cabo Verde e a Nato.

O encontro de Armino Maurício com a imprensa antecede, na verdade, a missão que o vice-comandante-geral da NATO, o tenente-coronel americano David Judd (foto), efectua a partir de segunda-feira, 23, a este arquipélago. Aquela alta patente da Aliança Atlântica chega no domingo para tratar com as autoridades nacionais e locais as condições em que irão decorrer, em Junho do próximo ano, o Livex 06, um treino militar e humanitário para um cenário de guerra e erupção vulcânica. Nessa simulação estarão envolvidos quer vários milhares de soldados, quer elevado e sofisticados equipamen-

tos oriundos dos diversos países que integram a NATO.

Dada a sua envergadura e importância, os detalhes do Livex 06 começam por isso a ser tratados desde já, segundo o apurado por este jornal. Inclusive, durante a sua estada em Cabo Verde, o tenente-coronel David Judd e comitiva deverão visitar ou sobrevoar algumas ilhas para reconhecerem o cenário onde irá decorrer aquela operação táctico-militar e humanitária. Para isso fazem-se transportar num avião da NATO que, pelas suas características, permite a aterragem em qualquer dos aeroportos ou aeródromos deste arquipélago.

A anteceder a viagem do vice-comandante-geral das forças da NATO encontra-se em Cabo Verde, desde terça-feira, 17, uma "linha avançada" de oficiais da organização, chefiada neste caso por uma outra alta patente, o americano Jack Segal.

Esta missão da Nato acontece uma semana depois da visita privada que o primeiro-ministro José Maria Neves efectuou a Portugal, no decorrer da qual afirmou à imprensa portuguesa que o seu governo pretende relacionar-se "sem timidez" com a Aliança Atlântica.

Por outras palavras, Cabo Verde espera da Nato apoios que lhe permitam combater, sobretudo, o narcotráfico e outras actividades ilícitas na sua vasta Zona Económica Excluí-

va. Ao conseguir trazer o Livex 06 para este arquipélago, a Cidade da Praia está segura de que o evento trará importantes contrapartidas para a sua estratégia de aproximação à Nato, além de contribuir para a projecção da sua imagem junto de algumas chancelarias. Isto numa altura em que o país procura também relações mais estreitas com a União Europeia.

Neste sentido, a fonte de **A Semana** vê no Livex 06 "o início de um novo tipo de relacionamento entre Cabo Verde e a Nato", já que o movimento em curso se situa no quadro "da procura de uma maior segurança nesta zona e no mundo". Isto porque, em matéria de narcotráfico, por exemplo, é sabido que Cabo Verde tem sido sobretudo um ponto de passagem para Portugal e Espanha.

"O importante, para nós, é que os países europeus tenham a consciência de que investir na segurança em Cabo Verde é investir na sua própria segurança", sublinha a referida fonte.

Ademais, além da intensa movimentação que Cabo Verde deverá conhecer por altura do Livex 06, a Nato pensa deixar algumas marcas da sua passagem por estas ilhas. Alguns dos equipamentos a serem utilizados durante o treino deverão ficar no país, quer meios militares, quer hospitalares, etc.

# PAICV

## prepara revisão da Constituição

*O PAICV está em vias de accionar o processo de revisão constitucional, aberto que se encontra o período de revisão ordinária dessa lei máxima do país. O MpD, que também tem a mesma capacidade legislativa, ainda não sabe se irá ou não avançar com igual iniciativa. Entretanto, o facto de este ser um ano pré-eleitoral funciona como um dos factores inibidores de qualquer revisão constitucional, conforme reconhecem os representantes dos dois principais partidos com assento parlamentar.*

O PAICV, partido que suporta o governo, vai accionar nos próximos dias os mecanismos de revisão ordinária da Constituição (CR), volvidos que são os primeiros cinco anos da anterior revisão. Esta ocorreu em 1999 e desde o final do ano passado que está aberto o período de nova revisão.

Enquanto partido maioritário, o PAICV decidiu dar o pontapé-de-saída, o que poderá acontecer dentro de pouco tempo, provavelmente na próxima semana. Com isso, segundo a CR, os restantes agentes parlamentares (no caso o MpD) passam a ter sessenta dias para apresentar o seu projecto, caso o entenderem.

Segundo **A Semana** apurou, ao contrário daquilo que o PAICV gostaria realmente, a proposta desse partido terá que cingir-se a uma “revisão mínima”, em vez de uma “revisão ampla”, defendida por certos juristas, entre eles Wladimir Brito. Porém, como estamos em ano pré-eleitoral, vários agentes políticos e observadores entendem que muito dificilmente haverá clima que permita uma discussão ampla dos problemas que a actual CR coloca.

Rui Semedo, presidente do grupo parlamentar do PAICV, reconhece que o actual momento pode constituir um “*constrangimento*”, visto estarmos em ano pré-eleitoral. “*Ainda assim, acreditamos que é possível construir alguns consensos entre as forças políticas*”, afirma, salientando que a proposta tambarina pende para uma “*revisão mínima*”, que “*não irá mexer com o sistema de governo*”.

Semedo recorda que, volvidos cinco anos da última revisão ordinária, o PAICV decidiu promover a sua iniciativa neste campo, na esperança de que o MpD venha também a subscrever a necessidade dessa revisão, ainda que mínima, da CR. “*Apesar de tudo, acreditamos que há questões importantes do interesse do país que podem falar mais alto do que os interesses partidários. O PAICV está aberto a entendimentos lá onde for possível*”, sublinha.

Na busca de entendimentos, o líder da bancada do PAICV adianta que tão logo este partido tiver a sua proposta de revisão vai encaminhá-la às demais forças políticas com assento parlamentar, em especial o MpD, cujo voto é fundamental para



a viabilização de qualquer iniciativa neste campo, cuja aprovação carece do voto favorável de dois terços dos deputados.

“*Temos consciência de que só haverá revisão constitucional com o apoio da oposição*”, admite o líder parlamentar dos tambarinas. “*Por isso é nossa intenção contactar todos os partidos com assento parlamentar, inclusive o PCD e o PTS. Apesar destes dois não terem iniciativa de revisão, entendemos que podem ter contribuições a dar. Neste sentido estamos abertos às suas propostas*”.

Rui Semedo salienta, outrossim, que o PAICV entende que esta deve ser uma revisão constitucional com “*soluções tranquilas*”. “*Não deve haver espaço para barganhas numa perspectiva de ganhos partidários. O nosso objectivo é melhorar lá onde for possível e para isso contamos com as outras forças políticas. Se conseguirmos isso, será bom para o nosso sistema e para a democracia*”, conclui.

Entretanto, da parte do principal par-

tido da oposição **A Semana** apurou não haver ainda nenhuma decisão no que concerne à revisão da CR. André Afonso, presidente do grupo parlamentar do MpD, revelou a este jornal que o assunto nem sequer foi discutido a nível da sua bancada. “*De momento o grupo parlamentar não reflectiu nem decidiu nada sobre o assunto*”. De todo o modo considera que o facto de o país se encontrar em ano pré-eleitoral é, à partida, um elemento inibidor. “*A menos que, depois de algum debate interno o grupo decida avançar com a sua proposta*”.

Segundo a CR, a iniciativa da revisão constitucional compete aos deputados. Os projectos nesse sentido devem indicar os artigos a rever e o sentido das alterações a introduzir. E não podem ser objecto de revisão a independência nacional, a integridade do território e a unidade do Estado, a forma republicana de governo, a independência dos tribunais, entre outros.

JVL

## PCD marca congresso

O Conselho Nacional do PCD esteve reunido, no final da semana passada, na Praia, para analisar a situação política do país e o futuro da organização. O CN decidiu marcar o IV Congresso do partido para finais de Setembro deste ano, assim como criar uma comissão que deverá não só preparar este conclave dos laranjas como também assumir o comando do partido, substituindo assim a Comissão Política Provisória que já expirou o seu mandato. A magna reunião da formação laranja deverá contar com pelo menos duas moções de estratégia.

A reunião do CN da passada semana também elegeu a comissão organizadora do congresso, constituída por cinco elementos: Lino Públio Pinto Monteiro, Manuel Corsino Barbosa, Joaquim Gomes de Carvalho, Manuel Oliveira e Daniel Carvalho. Estes deverão, depois, eleger o coordenador de comissão que

deverá também assumir o comando do partido, substituindo assim a Comissão Política Provisória, cujo mandato foi dado por findo.

O até ali presidente da CPP, João de Deus Carvalho Silva, avança que o CN do PCD decidiu que o próximo congresso deverá contar com pelo menos duas moções de estratégia diferentes. Carvalho da Silva explica que a medida visa provocar o debate interno e forjar possíveis alternativas, em termos de ideias e projectos para a sociedade cabo-verdiana.

Interrogado se perspectiva concorrer à liderança do PCD, Carvalho da Silva, preferiu não se pronunciar de forma taxativa. “*Tudo está em aberto. Posso concorrer à liderança do PCD, assim como outros dirigentes, incluindo Eurico Monteiro, poderão eventualmente disputar o mesmo cargo*”.

É que, segundo a mesma fonte, a reunião do CN

da semana passada foi muito participada e contou com a presença de praticamente todos os dirigentes nacionais mais influentes do PCD, entre os quais o seu líder histórico, Eurico Monteiro. “*É que ficou claro nesta reunião do CN que o aprofundamento da democracia em Cabo Verde passará pela terceira via e não pela adesão ao MpD ou ao PAICV, que são responsáveis pela bipolarização política que se vive no país*”.

Apesar do posicionamento político já conhecido de certos dirigentes do PCD, João de Deus Carvalho avança que foram identificados apenas três casos de responsáveis que migraram para o MpD, através da ala de Jorge Santos: Domingos António Santos (S.Vicente), Carlos Monteiro (Santa Catarina) e Osvaldino Silva, actual coordenador do MpD no Porto Novo.

ADP

MpD - PORTO NOVO

**A referência feita pelo coordenador do MpD no Porto Novo, Osvaldino Silva, de que o partido deve apostar em pessoas que residam no concelho para as próximas eleições legislativas caiu como uma bomba no seio dos eleitos municipais ventoinhas. Alguns classificam tais afirmações de excludentes, além de as considerarem extemporâneas, numa altura em que a Direcção Nacional ainda nem discutiu a questão. E esse assunto promete dar que falar no Município, pois o coordenador parece disposto a defender a sua proposta.**



# Confronto de alas

A **Semana** sabe que alguns eleitos do MpD, numa reacção imediata aos argumentos de Osvaldino Silva, cogitaram renunciar aos respectivos mandados nos órgãos municipais. E, ao que tudo indica, o presidente da Assembleia Municipal do Porto Novo, Mário Rodrigues, é um dos mais aborrecidos com a tese de que se deve apostar em pessoas residentes em Santo Antão. Só que, apesar de admitir que “a quente” pensou em pôr o seu cargo à disposição, Rodrigues considera “extemporâneo ou mesmo leviano” fazer qualquer comentário público, enquanto o assunto não for tratado na Direcção Nacional do partido.

De todo o modo, fontes ventoinhas afirmam que as declarações de Osvaldino Silva caíram “muito mal” no seio dos eleitos municipais e amigos do MpD, “pelo carácter de exclusão que encerra e que visa pessoas com perfil para servir Porto Novo, mesmo não estando a residir no concelho”. Aliás, a mesma fonte classifica este posicionamento de membros da estrutura regional, expresso na edição 711 do jornal **A Semana**, como “uma atitude muito grave e ofensiva” para com dirigentes

que durante as últimas duas décadas vêm dando o seu contributo para o desenvolvimento do Porto Novo.

Confrontado com essas reacções, o coordenador concelhio do MpD afirma que não quer excluir nem ofender ninguém, mas vai continuar a defender a proposta de se apostar “na prata da casa, gente que no seu dia-dia vive os problemas do Porto Novo”. Osvaldino Silva reitera a ideia de que a última palavra cabe à Direcção Nacional, contudo vai dizendo que “esse sentimento expresso não é apenas meu, mas também de muitos portonovenses”.

## O FACTOR JOEL

Na verdade, estão em jogo não só as afirmações de Silva, como também a proposta para o ex-autarca Joel Barros encabeçar a lista do MpD às próximas eleições legislativas. Essa hipótese não agradou aos dirigentes que se identificam com as posições políticas do edil Amadeu Cruz, até porque ao longo deste mandato a actual equipa camarária vem tentando

descolar da gestão de Barros.

Certos elementos desse grupo acham mesmo “ilógico” subir a um palanque para discursar a favor de um (eventual) cabeça-de-lista que, “quando saiu da Câmara, deixou 10 meses de pensão social mínima por pagar e dívidas de transportes escolares atrasadas”. De resto, “existem nomes como Aníbal Fonseca, Mário Rodrigues, Carlos Reis, António Santos, Roberto Graça e outros, que, apesar de não residirem no Porto Novo, conhecem bem a realidade do concelho e têm perfil para continuar a servir os portonovenses”.

Joel Barros recomenda, entretanto, cautela na abordagem desse tema porque ainda não houve nenhuma decisão da DN do partido. “Percebi as declarações de Osvaldino Silva como uma advertência a se ter em conta na altura de preparação das eleições. Nada mais do que isso. Contudo, sei que um grupo bem restrito está a tentar empolar o assunto quando ainda é muito cedo”, sublinha.

O ex-autarca do Porto Novo afirma, outrossim, que não pretende forçar a sua nomeação para cabeça de lista do MpD às próximas

legislativas. Diz que está disponível a participar no processo, se o partido assim entender, “mas não necessariamente como cabeça-de-lista”.

De qualquer forma, Barros chama de “incoerentes” aqueles que estiveram com ele, juntos, na Câmara Municipal e agora criticam a sua gestão. “Admito que houve falhas, mas realizámos coisas boas no concelho. Se se fala na elevação da vila à cidade é porque durante oito anos trabalhamos para melhorar as condições de vida no concelho. E aqueles que hoje me criticam estiveram comigo nas horas das falhas, como das realizações”, expressa.

O certo é que a discussão à volta do tema legislativas promete fazer correr muita tinta no Porto Novo. Já ontem, o líder da bancada do MpD na Assembleia Municipal, António Santos, tinha intenção de reunir à mesa os eleitos municipais e o coordenador concelhio do partido, para tentar apaziguar os ânimos. E não se descarta a hipótese do líder ventoinha, Agostinho Lopes, ter de se deslocar ao Porto Novo para “deitar água na fervura”.

João Almeida Medina

Sexta-feira, 20 de Maio de 2005

Agenda política

# MpD entra com processo-crime contra Governo

O MpD nesta terça-feira, 17, dá entrada a um processo-crime contra o Governo no Tribunal do Sal. Em causa está a venda de cerca de 200 mil metros quadrados de terreno, que abarca a área da Baía da Murdeira, vendidos à Global SA. O maior partido da oposição alega, entre outras acusações, crime ambiental contra a “única reserva ambiental marinha existente em Cabo Verde”, e corrupção e tráfico de influências numa transacção descrita por Agostinho Lopes como um “alto negócio camarada”, de “contornos pouco claros e com indícios de prática de ilegalidade e favorecimento”.

Agostinho Lopes, de visita ao Sal e rumo ao Brasil, onde participa num encontro da internacional Centro-Democrata, no Rio de Janeiro, aproveitou a sua estada na ilha para entregar ao Juiz da Comarca, Faustino Monteiro, uma queixa-crime contra o negócio entre o Estado e o grupo Global SA relativo ao empreendimento da Murdeira.

O MpD, que tem vindo a insurgir-se contra a referida operação, solicita àquela instância judicial a abertura de um inquérito para apurar as circunstâncias de tal negócio que considera suspeito. “Na sessão passada, no Parlamento, fizemos uma declaração política para suscitar um debate sobre essa matéria, o governo fugiu, não quis dar as explicações necessárias e tivemos que recorrer a outros meios para encontrar todos os elementos. Acontece que este negócio se afigura como um alto negócio camarada”, classifica.

O MpD pretende, assim, conferir “se todos os requisitos e exigências legais foram cumpridos na transacção, se o interesse patrimonial público foi devidamente defendido e acautelado, se as questões ambientais foram consideradas, e se houve ou não crime de tráfico de influência, de participação ilícita em negócio e de defraudação



de interesses patrimoniais públicos, todos crimes previstos no Código Penal”, lê-se no documento entregue à justiça, ao qual **A Semana** teve acesso.

Várias são as circunstâncias, segundo Agostinho Lopes, que levam o seu partido a desconfiar da referida transacção, entre elas o facto de o Governo se ter comprometido, “a fazer o Estado compartilhar em posição minori-

tária, com uma empresa sem capital social relevante (12.475 contos) e de que são accionistas altas figuras do partido no poder, sem história empresarial de sucesso e sem experiência no investimento turístico, numa sociedade de desenvolvimento com vista a um empreendimento turístico, alegadamente de interesse público, na Baía da Murdeira”.

Assim, o Estado participará com a cedência à sociedade de uma área de 200.000 m2 de terreno da referida Baía, avaliada a preços de mercado, de acordo com o mesmo, em cerca de quatro milhões de contos, “praticamente de graça”, sendo que a Global SA passará a deter mais de 150.000 m2 de terreno, 75% em zona nobre, “sem despendir um centavo sequer”. Lopes salienta: “Entendo que tem que haver razões para que o Estado entre com a quase totalidade do capital numa sociedade e fique só com 15%”.

Adiciona-se a isso, de acordo com a acusação, o facto de não se ter procedido a um concurso público legalmente exigido, conforme estipula o artigo 5º do Decreto Lei nº 17/97 de 10 de Novembro, por se tratar de uma questão de domínio público. E porque o governo concedeu o lote em questão e também um contrato administrativo de concessão de exploração de domínio público, ainda por cima, se tratando de um terreno nobre, classificada como a única reserva ambiental marinha existente em Cabo Verde, e ecologicamente frágil, o MpD deduziu a acusação contra o Governo de Cabo Verde.

O MpD suspeita tratar-se de uma situação de crime de favorecimento, de corrupção e de gestão danosa “do património que é de todos nós”. E por isso, enfatiza Agostinho Lopes, é obrigação do MpD “pedir à Justiça que investigue essa situação e que confirme ou não as nossas suspeitas...”, conclui.

KS